

# DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPIS)

## CHALLENGES FACED BY MANAGERS OF LONG-TERM CARE INSTITUTIONS FOR THE ELDERLY (LTCFS)

Nathália dos Santos Dutra<sup>1</sup>

Marcos Vieira Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo traz como proposta, apresentar parte de uma pesquisa de Mestrado em Psicologia Social, com ênfase na compreensão dos desafios enfrentados no gerenciamento dos direitos dos idosos, regulamentados pelo Estatuto do Idoso e Política Nacional do Idoso em especial, nas Instituições de Longa Permanência para idosos (ILPIs). Utilizou-se como método de produção de dados a análise documental e entrevista semiestruturada com oito representantes da gestão das quatro ILPIs participantes do estudo, sendo dois representantes de cada Instituição. A análise do discurso inspirou a compreensão das entrevistas produzidas, valorizando as concepções ideológicas, sentimentos, sentidos e significados. Os resultados indicam a complexidade de se gerir uma ILPIs, apontando para a carência de parceria com os familiares, a relevância de equipe multiprofissional, desafios financeiros, concepção negativa do envelhecimento e presença de constantes preconceitos da sociedade quanto ao envelhecer em um local de abrigo. No entanto, e apesar de tantos desafios, ainda se percebe nas falas das gestoras a presença de esperança, desejos e sonhos.

**Palavras-chave:** Instituições de Longa Permanência para idosos; desafios; moradia; envelhecimento; idosos.

**Abstract:** The article proposes to present part of a Master's research in Social Psychology, with an emphasis on understanding the challenges faced in the management

---

<sup>1</sup> Mestre e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei, Pós graduada em Saúde do Idoso e Gerontologia e Formação Clínica na abordagem Fenomenológica-existencial pelo Ifen.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências - Psicologia (1977) e graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal de Minas (1978); Especialização em Dinâmica de Grupos - Grupos Operativos. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). É Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000).

of the rights of the elderly, regulated by the Statute of the Elderly and National Policy for the Elderly in particular, in Long Term Care Institutions for elderly (ILPIs). Document analysis and semi-structured interviews with eight management representatives from the four ILPIs participating in the study were used as the data production method, with two representatives from each institution. The analysis of the speech inspired the understanding of the interviews produced, valuing the ideological conceptions, feelings, senses and meanings. The results indicate the complexity of managing an LTCF, pointing to the lack of partnership with family members, the relevance of a multiprofessional team, financial challenges, negative conception of aging and the presence of constant prejudices from society about aging in a shelter. However, despite so many challenges, the presence of hope, desires and dreams is still perceived in the statements of the managers.

**Keywords:** Long-stay institutions for the elderly; challenges; home; aging; elderly.

## **Introdução**

Segundo Camarano e Kanso (2010) é fato que o Brasil vem sofrendo um elevado envelhecimento populacional e que tal crescimento vem seguido pela insegurança em relação aos cuidados que os idosos terão no futuro. Uma das modalidades de cuidado oferecidas pelo Estado às pessoas com mais de 60 anos que são carentes de renda e/ou família, dependentes ou não de cuidados prolongados são as residências coletivas, denominadas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), as quais estão aumentando em número significativo (CAMARANO & KANSO, 2010). Como aponta os dados do Ipea (2010), enquanto nos anos 1940 e 1950, aproximadamente 20 novas instituições eram abertas anualmente, esse número passou para 90 no período 2000-2009.

Com o objetivo de regulamentar os critérios mínimos a serem oferecidos nesse serviço, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) assegurou o Regulamento Técnico para o funcionamento de Instituições Residenciais sob Sistema Participativo e de Longa Permanência para Idosos. A fim de garantir os direitos dessa população específica, há o Estatuto do Idoso (Lei 10. 471 de 01/10/2003), a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994) e outros dispositivos complementares como a Portaria nº. 810 /GM/MS de 22/10/1989; o Decreto nº. 1.948, de 3 de julho de 1996; a Portaria MPAS/SEAS nº 73, de 10 de maio de 2001 e a Resolução SEDH/CNDI nº. 12, de 11 de Abril de 2008. Cabe lembrar, que todos esses dispositivos têm como orientação as diretrizes do Estatuto do Idoso (2003).

Apesar das políticas referentes aos direitos dos idosos representarem um avanço considerável ao normatizar o funcionamento das Instituições de Longa Permanência no Brasil, o que se nota é um cenário negativo para este tipo de serviço, o qual ainda é, frequentemente, associado ao censurado modelo de atendimento asilar (TOMASINI & ALVES, 2007; CAMARANO, 2006; IPEA, 2010; IPARDES, 2008).

Queiroz (2010) concorda que o movimento de alterar o funcionamento das ILPIs, apesar da promulgação do Estatuto do Idoso, ainda caminha a passos lentos. Tais locais são inadequados às necessidades dos idosos e como o atendimento prioritário se refere às condições de saúde, o atendimento psicossocial fica relegado ao segundo plano (DAVIM, TORRES & DANTAS, 2004). A maior parte das ILPIs, devido muitas vezes à falta de recursos, oferecem um serviço com escassez de pessoal especializado para manter o idoso ativo e independente, favorecendo o isolamento, a dependência física e mental.

Outro indicador importante, divulgado pelo Ipea (2010) que confirma tal distanciamento é que apesar de mais de 90% das ILPIs brasileiras declararem possuir espaços que possibilitam a troca e convivência entre os idosos (refeitório, jardim, pátio, quintal), menos de 50% dessas instituições oferecem atividades de lazer ou outras com o papel de estimular o grau de interação dos residentes ou ajudá-los a exercer um papel social junto da comunidade.

A Portaria MPAS/SEAS n.º. 73 embasada no Estatuto do Idoso, que trata das normas de funcionamento dos serviços de atenção ao idoso no Brasil, sinaliza que as ILPIs devem exercer funções híbridas e “não devem ser pensadas como local de isolamento, invioláveis ao contato com a vida urbana, nem como espaço de uniformização e despersonalização”. No entanto, o que se vê no Brasil são modelos de atendimentos ainda baseados na forma asilar e muito próximos das características de instituições totais<sup>3</sup> Goffman (1961) onde a barreira com o mundo externo e tratamento igualitário se fazem presentes.

A Resolução SEDH/CNDI n.º. 12, de 11 de Abril de 2008 estabelece um modelo de contrato de prestação de serviços aos idosos abrigados, com embasamento no Estatuto do Idoso, o qual enumera os direitos que devem ser garantidos dentro do serviço de atenção ao Idoso, no caso, as ILPIs. Dentre alguns termos do contrato estão: oferecer atendimento cotidiano ao idoso; manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos atendidos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias. As normas revelam que as ILPIs devem

---

<sup>3</sup> Local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

oferecer atendimento de moradia digna, preservando os vínculos familiares; oferecendo atendimento personalizado e em pequenos grupos, proporcionando participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo, oferecendo um ambiente de respeito e dignidade ao idoso de forma a preservar sua identidade.

Os serviços que devem ser oferecidos devem passar por atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; sendo dever da ILPIs proporcionar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; garantir convivência comunitária; oferecer atendimento psicossocial ao idoso e à sua família, bem como garantir o acesso do idoso e de sua família a serviços especializados. Vê-se aí que as ILPIs devem se assemelhar à um lar, à uma moradia, sendo as necessidades atendidas.

No entanto, alguns estudos sobre o tema indicam a distância entre a realidade e a efetividade de se cumprir tais direitos dos idosos dentro das instituições. Considerando ainda os estudos de Goffman (1961) e aqueles que observam a proximidade do funcionamento das ILPIs com os moldes de instituições totais, coloca-se a seguinte indagação: De que forma a Administração das ILPIs interpretam, em seu fazer cotidiano, os desafios para colocar em prática as diretrizes do Estatuto do Idoso, tendo como referência a Portaria MPAS/SEAS n.º. 73 e a resolução SEDH/CNDI n.º. 12, de 11 de Abril de 2008?

A fim de atingir esse objetivo, pretende-se estudar as ILPIs situadas em quatro municípios de Minas Gerais, as quais serão denominadas de Instituições X, Y, Z e W, (para garantir a privacidade delas) com o intuito de compreender quais os desafios que a Administração da Instituição encontra para colocar em prática os direitos dos idosos na instituição, quais as possibilidades e impossibilidades percebidas por eles, de aproximação ou garantia desses direitos. A proposta é realizar uma pesquisa qualitativa, a qual envolverá a realização de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores das Instituições.

Conforme salienta Queiroz (2010), os locais que se destinam a cuidar das pessoas idosas devem passar por uma reestruturação antes mesmo que a demanda por vagas aumente. Todavia, não se deve esquecer a necessidade de “desinstitucionalização” e da estimulação aos serviços alternativos de convivência como os hospitais, centros dia e centros de convivência.

Enquanto tais modelos alternativos não se concretizam torna-se relevante pensar no atendimento oferecido pelas atuais ILPIs, bem como de que forma estas são geridas. Camarano e Mello (2010) sinalizam que cada serviço se dispõe a atender demandas diferenciadas, o que não elimina a necessidade por residência institucional, no entanto

concordam que tais serviços alternativos de atenção devem ser considerados de forma a interligar a família e a comunidade de apoio ao idoso a fim de que a qualidade do atendimento, tanto nas ILPIs quanto nas demais redes, sejam prioridade. Em virtude da escassez de estudos na literatura que abordam essa temática, a ideia é fazer um panorama geral do funcionamento e gestão de quatro ILPIs.

Optou-se por investigar a forma como as administrações das ILPIs interpretam os desafios para praticar as diretrizes do Estatuto do Idoso (observando a portaria MPAS/SEAS e a resolução SEDH/CNDI nº. 12) em seus fazeres cotidianos uma vez que são os gestores quem dão as diretrizes para o funcionamento da Instituição. Vê-se que esse estudo é uma oportunidade de questionar e refletir, junto com a Administração das ILPIs, sobre alguns entraves que atravessam o trabalho cotidiano para com os idosos, bem como pensar em novas possibilidades de condução das rotinas e aumento da qualidade de vida em tais locais. Afinal, preparar-se para o envelhecimento populacional, no caso do Brasil, exige novas concepções de moradia, que não se reduzam a atender às necessidades de alimentação, serviço médico ou lugar para descanso dos idosos.

## 1.1 ENVELHECIMENTO E MORADIA

Sabe-se (como já foi dito) que o processo de envelhecimento é variável e depende, em grande parte, da trajetória de vida dos indivíduos. Nesse sentido, os vínculos construídos durante a vida, bem como o contexto em que se vive, são elementos relevantes para dar sentido à vida, além de contribuir para um envelhecimento saudável.

Em virtude das mudanças na família, envelhecer junto a ela tem sido um desafio; por essa razão, uma das maneiras encontrada pelos cuidadores principais é transferir os cuidados para com o idoso às Instituições de Longa Permanência. No momento em que a transferência de cuidado passa do lar para a ILPIs, não há como não pensar no conceito de moradia para o idoso. De acordo com Avelar (2010) e Penzim (2001), o contexto de vida está fortemente associado ao conceito de moradia, afinal, ela reflete o modo de ser e de viver do seu habitante, refletindo sua identidade e estilo de vida. Sabe-se que a moradia é uma das necessidades básicas do ser humano, sendo consenso seu entendimento como espaço privilegiado; mais que lugar de abrigo, é de constituição de vida revelado em múltiplas dimensões.

No entanto, em função do envelhecimento físico, psíquico e social, o idoso parece perder parte de sua autonomia e poder de decisão no que se refere ao seu local de moradia. O Estatuto do Idoso, por exemplo, em seu artigo 3º., consolida que é obrigação da família, da sociedade, da comunidade e do Poder Público assegurar ao idoso, com prioridade, o

direito à vida (Lei 10. 471 de 01/10/2003). Percebe-se, dessa forma, que o Estatuto convoca todos para a garantia dos direitos ao idoso, colocando-o como mero espectador e a família como provedora, responsabilizando-a pela proteção de seus membros (ROSA, 2011; PENZIM, 2001).

Rosa (2011), quando fala do poder de decisão e autonomia do idoso, revela algumas questões delicadas no que se refere à moradia. Decidir sobre o ambiente em que se vai viver, mesmo se o idoso reside em casa própria, tem sido constantemente usurpado por profissionais de atendimento domiciliar, familiares e vizinhos que se revestem de práticas caridosas e higienistas, determinando por ele o que é melhor ou pior para sua vida.

Bachelard (1989) expressa que a casa agrupa energias físicas e morais do ser humano, conservando a intimidade e o conforto de um lugar único. A casa tem grande importância para a maioria das pessoas, e, para o idoso, é ainda mais relevante, considerando que esse espaço será, muitas vezes, o único de convivência para aquele dependente, no qual passará a maior parte do tempo. Desde a forma de organização dos objetos pessoais à disposição dos móveis, o espaço de moradia reserva e revela as emoções e sentimentos em relação a todas as coisas que fazem parte desse espaço.

Quando a institucionalização se apresenta como uma alternativa ou como a única possibilidade para o idoso, como o espaço da moradia é ressignificado? Avelar (2010) revela, em sua pesquisa, as perspectivas dos idosos frente à moradia na instituição, indicando que a institucionalização envolve vários aspectos como ausência de conforto físico e carência de privacidade. Tais constatações podem ser reveladas através de algumas falas:

É um piso de concreto. Parece um túmulo... Um túmulo com o colchão em cima.”/ “Não! Não tem privacidade nenhuma. Nenhuma. Não tem privacidade... Porque lá fica uns três, quatro, num quarto só...” / “É um espaço que quem toma conta sou eu. Tenho que zelar por ele. Não admito que entre ali. E eles sabem disso. Naquele corredorzinho ali, ninguém entra. (p. 11)

Dutra e Rodrigues (2014) realizaram (um) estudo em uma ILPIs sobre a percepção de moradia de nove idosos institucionalizados e a relação com a qualidade de vida. Nesta pesquisa, verificou-se que a maioria dos idosos não considera a instituição como o próprio lar, no entanto, a maior parte deles avalia de maneira satisfatória o fato de residirem na ILPIs. Apesar de não desejarem viver nela, demonstram gratidão pela acolhida e forma de tratamento recebida, avaliando, assim, com neutralidade e indiferença sua qualidade

de vida. Notou-se, também, que o idoso, por não se sentir pertencente a esse espaço, deseja ter sua própria casa, sua própria moradia. Para que a ILPIs seja considerada seu lar, a maioria dos idosos disseram que o espaço deveria ter mais conforto, relacionado à estrutura física do local; outros ainda acrescentaram que gostariam de ter mais liberdade dentro da ILPIs, como pode ser percebido nas falas abaixo:

“... se eu tivesse minha casa, eu podia sair na hora certa e voltar na hora certa... se tivesse alguém que a gente é mais chegado, eu ia na casa dele.” (p. 9)

“Aqui a gente não pode sair, fica muito preso, alguém tem que assinar o papel e ir com a gente... tem uns quatro meses que não vou na casa da minha irmã e uns três que não vou na casa da minha sobrinha” (p.7)

“Aqui a gente é bem tratada na hora, tudo tem hora certa né?... mas aqui, vou te contar é muita “brigação”... A fulana é “brigadeira” que Nossa Senhora... começa a gritar, a chorar, nossa Senhora... Fui eu quem quis vir, mas eu arrependi... Pra te falar a verdade eu já acostumei, o que eu não gosto é que eles não deixam a gente sair...tem gente aqui que é muito “brigadeira” também.” (p. 7).

Duarte (2014), ao dialogar com Maia, Castro e Jordão (2010), observou, em um estudo realizado por estes autores, uma análise crítica do lugar simbólico dos idosos na dinâmica institucional, concluindo que os seus discursos perpassavam pela alusão às perdas e falta de reconhecimento social, beneficiando uma representação depreciativa e confirmando uma identidade estigmatizada voltada para a exclusão social.

Pestana e Espírito Santo (2008), através de pesquisa com o objetivo de analisar a saúde do idoso no cenário asilar, concluiu que ele percebe o espaço da instituição como não favorável para a convivência com o outro; nota ainda uma decadência nas atividades que não estimulam essa integração, indicando que “a vida cotidiana na ILPIs é homogeneizada não só pelo lugar-comum de vida de um coletivo, mas pela mesmice das atividades e práticas ordenadas por um regulamento ou um planejamento burocrático ou técnico, com uma padronização do modo de vida” (Duarte, 2014, p. 213).

Em função dessas particularidades, é evidente o quão delicado é para o idoso a mudança de local de moradia, especialmente um espaço desconhecido como a ILPIs. Apesar de ser uma decisão difícil de ser tomada, às vezes se mostra como a única possível frente às variadas dificuldades em cuidar de um membro idoso dependente

## 2.0 Método

A entrevista semiestruturada foi guiada por um roteiro flexível de questões e se caracterizou por admitir que outros questionamentos, mais complexos e delicados, pudessem surgir no decorrer do seu desenvolvimento. Ao combinar perguntas abertas e fechadas, o informante teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto com certa espontaneidade, no entanto, o entrevistador se manteve atento, seguindo as perguntas de forma lógica a fim de elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, conforme orientam alguns pesquisadores (BELEI GIMENIZ-PASCHOAL, NASCIMENTO & MATSUMOTO, 2008; BONI E SÍLVIA, 2005).

Minayo et al. (1994) apresenta uma proposta de interpretação qualitativa de dados, que se mostra oportuna para a pesquisa: a análise do discurso. Através dela, pode-se considerar a fala dos atores sociais dentro de um contexto específico; as articulações entre fala e realidade se darão entre a razão daqueles que praticam e da experiência que surge na realidade concreta.

As entrevistas foram transcritas, cuidadosamente, e foi preciso uma leitura atenta e crítica, por várias vezes, dos discursos que se apresentaram, indo e voltando, como orienta Gil (2002), a fim de torná-los familiares para posterior análise.

### 2.1 Locais de Estudo

- Instituição X: instituição filantrópica, idealizada em 1956, é caracterizada com um regime de funcionamento semiaberto. No momento do primeiro contato, a instituição abrigava 59 idosos, 35 mulheres e 24 homens.
- A instituição Y: instituição filantrópica, foi idealizada e construída em 1997, caráter aberto. No momento da pesquisa, a instituição contava com 29 residentes, sendo 17 mulheres e 16 homens e capacidade total para 30 pessoas.
- A instituição Z: uma instituição de natureza filantrópica/religiosa sem fins lucrativos, caráter semiaberto e em 1994 se constitui como abrigo de idosos. No momento da pesquisa tinha como residentes 70 idosos, sendo a maior parte mulheres em número de 40 e 29 homens.
- A instituição W: filantrópica, de regime fechado, que conta com 103 anos de funcionamento. Foi criada por um Frei em 1912. No momento da pesquisa, possuía como moradores 49 mulheres e 23 homens, tendo capacidade para abrigar 80 idosos.



## 2.3 Entrevista com os Gestores

Participaram da entrevista dois representantes de cada Instituição de Longa Permanência para idosos, os quais estão descritos a seguir:

- Instituição X: M. R. D., presidente, 55 anos, Dona do Lar (2º grau completo), 4 meses de gestão e 12 anos de trabalhos ligados à mesa diretora; L.B.F.G., responsável técnica, supervisora e enfermeira-chefe; 47 anos, 2 anos e três meses de gestão.
- Instituição Y: C.B., coordenadora, 46 anos, graduada em Enfermagem, 1 mês de gestão e 20 anos de trabalho ligado à diretoria da ILPIs; C.M.M., presidente, 63 anos, Médica Geriatra, 8 anos de gestão e mais de 20 anos de trabalho ligado à mesa diretora.
- Instituição Z : L.C.R, psicóloga e procuradora da Instituição, 48 anos, 21 anos de trabalho ligado à equipe de gestão; N.C.R., vice provedora, formação profissional em Técnico de enfermagem, 58 anos, 2 anos e oito meses de gestão.
- Instituição W: A. R., diretora do Lar, formação profissional em Enfermagem e Administração hospitalar, 48 anos, 2 anos e três meses de gestão; M. P. R., responsável técnica pelo Lar, formação profissional em Técnico de Enfermagem, 55 anos, 6 meses de gestão.

## 3.0 Resultados

### Desafios e sonhos

#### 3.1 Instituição X

O maior desafio enfrentado por elas é a falta de recursos financeiros.

*Ultimamente é o financeiro... é o mais puxado porque a gente depende de dinheiro pra sobreviver porque a gente não tem doação de água, de luz, a gente tem a subvenção mas a gente não tem doações...a gente não ganha por exemplo carne, verdura, isso tudo é comprado. Remédio a gente ganha, mas carne e verdura a gente não ganha...e tá caro...alimentação graças a Deus a gente ganha*

*bem, mas o principal...um remédio mais caro a gente não ganha, nossa farmácia tem vez que fica em quatro mil reais...açougue, tá ali o cheque, cinco mil reais...tem coisa assim que não tem como cortar...ah, a partir de amanhã vai ser só ovo, tem que ter a carne, tem que ter o peixe né? A pessoa já tá aí, já tá privada... ah, as vezes a pessoa fala assim: ah vai pro asilo... o idoso entra mas entra com o cartão...tem idoso aqui que ganha 400 reais e quase que não cobre a despesa do idoso né...mensal. Então, a nossa dificuldade hoje é o financeiro.*

As falas denunciam falta de conhecimento técnico por parte dos funcionários, dos assuntos referentes e específicos do envelhecimento. Citam como exemplo que eles tentam substituir algum suplemento alimentar indicado pela nutricionista, por exemplo, por um suco de frutas ou verduras, com a ideia de que oferecerão o mesmo efeito que o medicamento, indicado pelo profissional. Tal estratégia é utilizada por eles quando a instituição não dispõe de recursos suficientes para a compra de tais suplementos, sendo uma estratégia paliativa. Um fator destacado é o ganho de peso enfrentado por alguns idosos que, após avaliação, necessitam de uma alimentação balanceada com frutas variadas e verduras. Entretanto, duas questões são levantadas: a primeira que a Instituição não dispõe de recursos financeiros para oferecer tais diversidades e as compras são realizadas em maior quantidade de carboidratos, que, juntamente com a vida sedentária vivida pelos idosos, contribui para o aumento de peso; a segunda é referente à falta de conhecimento pelos funcionários, os quais acreditam que não há problema em oferecer outro tipo de alimentação aos idosos.

*Eu fico numa situação difícil porque eu vejo que eles precisam de uma melhor qualidade de vida, mas diante da situação e por falta de conhecimento, colocam coisas, situações que dificultam o trabalho dos profissionais. (...) Isso é o que no momento está me causando dificuldade aqui na instituição, é o que eu tenho vivenciado. Então é... poderia ser melhor, mas o idoso não tem assim...ele já não aceita porque ele já tem muitas privações, ele já não aceita ter uma alimentação mais restrita porque o único prazer que ele encontra e acha que tem é o de comer, de alimentar e ele quer comer e as pessoas acreditam e acham que não tem problema e oferecem. Só que não oferecem aquilo corretamente, que a nutricionista, no caso orientou. Essa é uma das dificuldades e eu acho que algumas coisas tem que melhorar.*

Os depoimentos revelam o desejo de obter maior pessoal que possa oferecer mais atividades aos idosos, seja educacional ou lazer. Um dos sonhos da presidente é obter uma horta e um jardim para oferecer distração e ocupação aos idosos, no entanto, não há pessoas que possam acompanhá-los nessa atividade, já que o quadro de funcionários é reduzido pela necessidade apresentada. A presidente tem o desejo de aumentar o número de Cuidadoras de Idosos por ala, visto que o trabalho é muito penoso para as poucas pessoas no exercício de trabalho, assim também é a situação das pessoas que realizam a limpeza da Instituição, uma apenas, por turno. Outro desejo expressado é:

*mais um médico que pudesse ficar aqui 24 horas por dia ou pelo menos 12 sabe? Como tem em Ouro Preto, Ouro Preto tem! Dois médicos em Ouro Preto, um pago e o outro a Prefeitura paga e ainda tem mais dois voluntários... você vê que aqui a gente não tem médico voluntário.*

A responsável técnica pontua aspectos ligados à estrutura física da Instituição, com muitas rampas e escadas, fato que a preocupa. O Asilo Dr. Carlos Romeiro é uma construção antiga e, por isso, peca no conforto e segurança do local.

*Se tivesse recurso, eu teria condições de prestar uma assistência de melhor qualidade pra eles. Eles teriam mais conforto, com menos riscos, as condições que eles vivem aqui, descendo essa rampa, subindo essa escada... se eu tivesse mais recurso muita coisa iria melhorar sabe?! Iria melhorar e iria ter também um resultado melhor. Então a falta de recurso aqui, não é tudo, mas é prioridade!*

### 3.2 Instituição Y

O convívio entre os idosos surgiu como um dos desafios encontrados, seja a convivência com companheiros que possuem Mal de Alzheimer ou a falta de paciência dos residentes com relação à agitação, distúrbios de comportamento e esquecimentos dos idosos mais fragilizados. Outro desafio relatado está relacionado à sexualidade na terceira idade, que, segundo ela, necessita receber auxílio da equipe, especialmente da Psicóloga para manejar a situação da melhor maneira.

Já C.M. coloca em evidência o desafio de gerenciar a Instituição com poucos recursos financeiros. Apesar de concordar com a lei que determina que setenta por cento

do benefício recebido pelo idoso seja repassado para a ILPIs, lembra o quanto é complicado lidar com as despesas diárias dos idosos com tal proposta:

*... desde o início a gente era favorável a isso, mas quando a gente lida no dia a dia a gente vê que não dá conta de lidar com a despesa só com 70%. Desde o início da fundação, a gente fez o estatuto baseado nesses 70% de contribuição... há mais de 20 anos atrás. A gente já vinha pensando nisso, mas a gente sabe que o financeiro pega muito...o mês de maio foi um mês difícil porque a gente tinha tido em fevereiro, março, abril, a gente teve alguns óbitos e não entrou imediatamente outras pessoas...a gente fala, não querendo lidar isso como coisas não, mas deixou de entrar recurso... depois a gente teve, no mês de maio também, dois afastamentos, um por licença de saúde, a outra porque pediu demissão...então a gente ficou com uma falta financeira muito grande, passando muita dificuldade...mas a gente conseguiu equilibrar agora no mês de Junho.*

Quando se fala em condições ideais para o funcionamento da Instituição, as vezes se enchem de esperança. Desejos em ter mais funcionários que pudessem oferecer atividades de lazer durante o dia para evitar que os idosos fiquem ociosos, como baralho, dominó, caminhadas frequentes ou outros jogos; um espaço amplo que pudesse oferecer privacidade aos idosos, além de acomodações mais confortáveis e, também, para acompanhantes familiares, em casos de visitas ou mesmo doença e verba para ter profissionais em forma integral, disponíveis para mais atendimentos em prol da melhoria de qualidade de vida e, também, ampliação das vagas da Instituição. Percebeu-se que, pelo número de idosos que o Lar abriga, a consciência de que deveriam ter mais funcionários considerando a dependência dos idosos presentes na Instituição; no entanto, ressaltam a falta de condições financeiras.

*... se a gente tivesse condições, a gente podia ter atividades aqui dentro, igual eu vejo que fica uns senhores ali e eu fico: oh gente porque vocês não vão jogar baralho, ah...não sei...aí eu fico assim...gente! se a gente tivesse tempo de sentar com eles para jogar, ia criar aquela rotina...mas como que você vai parar e sentar com dois, três idosos para ficar jogando baralho...se a gente tivesse mais pessoas, muita coisa ia melhorar.*

### 3.3 Instituição Z

Quando os desafios enfrentados são mencionados, um suspiro e uma risada contida surgem juntamente com a ideia de um local que ainda tem muito a avançar. A situação financeira da Instituição, assim como nas outras ILPIs, é vista como o maior desafio. A dependência dos idosos admitidos já com uma demência avançada dificulta um trabalho mais preciso quando este idoso não tem família que possa relatar a história de vida e de cuidado vivenciados pelo idoso, ou que a mesma não compreende a necessária parceria que deve existir entre ambas.

*...então assim é interessante que na entrevista a gente esbarra assim... Ai eles falam assim: não, ele come! Aí cê fala assim: não tem condição! Quando vem, ele não tá conseguindo engolir, aí cê vê que as pessoas não conhecem, não olham né?! As pessoas não dão importância, não é por querer, é porque não estão preparadas ... então a gente tem essa dificuldade em conhecer sabe?! Por que até a gente conhecer, quando a gente conhece a gente começa a andar. As famílias tem dificuldade de entender, até eles virem...que eles vêm tem que tá junto... eles pensam: não, eu tenho que ficar aqui (longe) pra ele acostumar senão ele vai querer ir embora!*

Pode-se perceber nessa fala o receio que a família tem de o idoso desejar voltar para casa e, por isso, a ideia de que devem se manter distantes para que o idoso se acostume. Nota-se que quebrar essa fantasia é um desafio vivenciado pelas gestoras. Novamente, o despreparo para o cuidado é relatado, já que as famílias não recebem o apoio para cuidar dos seus membros dependentes.

Nesse processo, é citado por elas que a questão psicológica não é levada em conta pela família e aquilo que se mostra, no agora, como sendo fisiológico, na verdade teve origem emocional. Logo, resgatar ou reestabelecer algum sentimento ou trauma de muito tempo é outra dificuldade encontrada: “É o emocional... ele (o idoso) pensa que isso tá no físico né...o emocional já ficou pra trás há muito tempo... e cê tentar resgatar isso é difícil...”

É perceptível nas falas, o preconceito da sociedade com a Instituição, do estereótipo negativo, da visão do abandono e do desconhecimento da sociedade com relação às necessidades vivenciadas pelas famílias sem amparo ao cuidado com o idoso.

*Hoje as pessoas ainda olham muito o olhar negativo do problema, é isso o que eu vejo. Mas elas não têm ideia do que que é a vida do idoso, tendeu?! Aí a gente vai nas casas aí a gente assusta, aí cê fala assim: a família não gente! a família não tem outro jeito, não tem outra condição! As vezes o idoso tá preso em cima duma cama, ele não precisava de tá ali, tendeu?! Aí cê vem pra instituição... aí é um absurdo tá colocando, tá abandonando, tá sendo institucionalizado, aquelas coisas... Mas na situação dele, ele tava esperando a morte, entendeu?! E não é culpa do outro, é o social! É o nosso lado social geral, então assim... ainda tem muito isso, acho que é o que mais esbarra... no preconceito com a instituição entendeu... muito grande, muito grande! Olhar com a dó entendeu?*

Por meio de um desabafo, observam que tal preconceito recai sobre a família, que sofre com a decisão e necessidade de colocar o membro idoso em uma casa de apoio, justamente pelo sentimento de culpa e de abandono que já está internalizado no termo “institucionalização”. Ponderam ainda que há muito que avançar na questão do envelhecimento e, principalmente, na compreensão da velhice institucionalizada e da parceria que a família deve manter com a casa de apoio.

*Você coloca numa instituição porque você precisa! Ninguém vem a passeio... lógico que tem gente que vem por vontade própria porque não querem ficar na família, sozinho, alguma coisa assim, existe isso! Aí cê fala assim, é um julgamento que pesa pra família isso sabe!? E as vezes é sofrido isso, pra muitos a família chora, é sofrido isso, tem culpa, tem gente que fala assim...porque tem aquela coisa do abandono, se eu tô pondo na instituição, tô abandonado, não! Cê abandona se você não aparecer, mas se você estiver junto, ele só esta em outra casa! Mas nós estamos ainda nessa transição, esse aí é de engatinhar...de entender que ela tem que entrar como parceria.*

A carência de políticas públicas realmente efetivas é identificada por não oferecer outra opção para as famílias que necessitam de apoio, senão buscar abrigo nas ILPIs.

*O ideal é o idoso estar em casa, a instituição entra na hora que a pessoa não tem condição ou não tem ninguém...porque a gente encontra muito isso: o idoso tá morando sozinho, tem idoso que não tem condição! Ou que a família,*

*como é de uma classe mais baixa, tem que trabalhar e aí?! Vai deixar sozinho? Né?! Então... porque o ideal é casa, tendeu?! Porque instituição, não adianta cê vai ter horário, tendeu?! O pessoal fala: ah, tá institucionalizado! Mas gente, aonde que ele vai ficar... uma coisa que eu percebo desde sempre é que as pessoas não tem a noção do que é tendeu?! Porque que ele vem pra instituição?! O idoso fala uma coisa, mas o que que é real por trás, tendeu?!*

Refletem mais profundamente que a Nação, o Estado e os municípios não realizam seu papel no cuidado com o idoso e em todos os aspectos que o envolvem. Lembram que a Igreja iniciou o processo de acolhimento dos pobres, mendigos e velhos necessitados e que as instituições que representam o poder se valem disso como “se estivessem ajudando a sociedade”, quando, na verdade, eram elas quem deveriam assumir essa responsabilidade.

Repletas de sonhos, elas desejam ter condições financeiras de fazer reformas nos banheiros, para que haja mais conforto e privacidade, visto que a construção da Instituição é muito antiga, além do desejo de terem cadeiras de rodas melhores para que o idoso pudesse se locomover sozinho e, portanto, de forma mais autônoma e com mais qualidade de vida.

### 3.4 Instituição W

Foi possível identificar a dificuldade financeira como um dos principais desafios. Logo em seguida, citam como pontos desafiadores: lidar com as características singulares dos idosos, como a tristeza, a própria personalidade, depressão, doenças características da velhice e principalmente com os conflitos e problemas familiares. Outra questão que se mostra preocupante é fazer as famílias compreenderem que o benefício financeiro recebido do idoso, muitas vezes, não é suficiente para suas necessidades e, dessa forma, quando solicitam algum tipo de ajuda, são indagados sobre isso. Repensam o fato de acrescentar no contrato de prestação de serviços uma cláusula referente à ajuda familiar quando forem necessários gastos extras para o bem-estar do idoso, como exames e fraldas. Para exemplificar segue o relato:

*E assim, o desafio maior é fazer as famílias entenderem isso, porque eles falam assim: uai, mas meu pai recebe, o benefício dele tá aí.. (as gestoras*

*respondem) mas, então pega o seu benefício do seu idoso e leva ele pra casa e vê se só com o benefício você consegue comprar fralda, remédio, roupa, psicóloga, nutricionista, médico e fisioterapeuta. É difícil a gente fazer isso, igual eu falei, os idosos que estão aqui, a gente tem um contrato assinado, então eu não posso exigir né? Mas daqui pra frente a gente pode repensar o contrato, nessa cláusula de contrato, que a família deve ficar responsável por isso, por isso e por isso. E a gente vai continuar recebendo só o benefício dele. Quer colocar?! Tudo bem, porque a gente sabe que tem idosos aqui que veio de uma condição boa e que passam na conversa e a gente fica sabendo que filho, que sobrinha tá se apossando daquilo que é deles e na hora de comprar uma fralda, comprar uma medicação, fazer um exame mais caro, o idoso recebe 800 reais e aí sobra o que?*

Demonstram em suas falas, desejo de: ampliarem as vagas, contratar mais profissionais para proporcionar mais atividades de lazer como passeios, caminhadas, dentre outros serviços para aumentar a qualidade de vida dos idosos.

#### 4.0 Considerações finais

O desafio que reina em todas as Instituições é a dificuldade financeira, por serem filantrópicas e dependerem, em sua maioria, de doações da sociedade. Em seguida, surgem desafios relacionados ao cotidiano dos idosos, mostrando a necessidade de se investir no conhecimento sobre o envelhecimento humano. Dificuldades nos aspectos como a sexualidade; convivência com Mal de Alzheimer, demências cognitivas e distúrbios no comportamento; ausência da família como parceira da ILPIs; falta de um entendimento amplo da velhice por parte dos funcionários que lidam diariamente com os idosos, bem como a falta de efetividade das políticas públicas; tais fatores surgem na vida cotidiana das Instituições e são percebidas pelas gestoras.

Apesar das dificuldades enfrentadas, com o apoio da equipe multiprofissional das ILPIs, as gestoras refletem esperança e desejam ter mais espaço para privacidade dos idosos, assim como poder permitir que sejam acompanhados por um familiar dentro da Instituição. Desejam maior número de funcionários para que pudessem se dedicar, junto aos idosos, ao lazer e atividades prazerosas, driblando a ociosidade existente, além de permitir a ampliação de vagas. Estimam uma casa mais confortável com poucas rampas e escadas para diminuir o risco de acidentes e aumentar a segurança dos moradores e que



a sociedade e, principalmente as famílias estivessem presente no cotidiano dos idosos a fim de não perder o vínculo afetivo.

Conclui que gerenciar uma ILPIs filantrópica é um complexo desafio, não só pela carência de recursos financeiros, mas pela falta de parceria entre as políticas públicas para a pessoa idosa, entre as famílias e a comunidade, de forma geral. Dessa forma, ser idoso em todas as dimensões (afetiva, social, espiritual, físico e cultural) não é inteiramente possível, apesar de se ter profissionais de diferentes áreas nas ILPIs. O que se percebe é que tenta-se fazer o melhor possível, no entanto há falhas administrativas que atravessam o caminho, seja falta de conhecimento, pouca carga horária de trabalho ou poucos funcionários. Pode-se dizer que a concepção de envelhecimento negativa influencia o cotidiano dos idosos, sendo este sequenciado e sem muitas mudanças. Os direitos dos idosos são exercidos dentro das ILPIs da forma como se mostra possível diante das limitações encontradas e as gestoras não conseguem visualizar outra maneira de gerir a rotina dos idosos em virtude da carência financeira e falta de parceria.

#### Referências

AVELAR, M. C. M. Envelhecimento e a Moradia: Análise empírica em uma Instituição de Longa Permanência e a perspectiva do residente idoso. *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, 61–77, 2010.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

BELEI, R. A., Gimenez-Paschoal, S. R, Nascimento, E. N & Matsumoto, P. H. V. R.. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30, 187 – 199, 2008.

BONI, V. & SÍLVIA, J. Q. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (3), 68-80, 2005.

CAMARANO, A. A., & KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista Brasileira Estudos Populacionais*, 27, 233–235, 2010.

CAMARANO, A. A. Mecanismos de proteção social para a população idosa Brasileira. *Texto para discussão 1179*. Rio de Janeiro: Ipea. 2006.

DECRETO Nº. 1.948 (1996, 03 de julho). Regulamenta a Lei nº. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF. *Diário Oficial da União*, seção 1. Recuperado em 01 de nov. 2013 de <http://www.cressdf.org.br/2006/6/22/Pagina40>.

DUARTE, L. M. N. O processo de institucionalização do idoso e as territorialidades: espaço como lugar? *Estud. interdiscipl. envelhec.*, 19 (1), p. 201-217, 2014.

DUTRA, N. S., & RODRIGUES, A. G. Percepções de idosos residentes em ILPIs sobre a moradia na instituição. *Anais do XIII Congresso de Produção Científica e Acadêmica*, Universidade Federal de São João del Rei, MG, 2014.

GIL, R. Análise do discurso. In: Bauer M. W. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático* (pp. 244-270). Rio de Janeiro: Vozes. 2002.

GOFFMAN, E. As características das instituições totais. In Goffman. *Manicômios, prisões e conventos* (pp.13–108). São Paulo: Perspectiva. 1961.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Instituições de longa permanência para idosos: caracterização e condições de atendimento*. Curitiba, 2008.

IPEA. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. *Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil*. 2010. Recuperado em 01 de Abril de 2014 de <http://www.ipea.gov.br>.

LEI N. 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 15 nov. 2013 de <http://www.planalto.gov.br>.

LEI 8.842 DE 04 DE JANEIRO DE 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 15 nov. 2013 de <http://www.planalto.gov.br>

MINAYO, C. S., GOMES, R., CRUZ NETO, O., & DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

PESTANA, L. C., & ESPIRITO SANTO, F. H. As engrenagens da saúde na terceira idade: um estudo com idosos asilados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42 (2), 268-275, 2008.

PENZIM, A. M. B. *Habitação social e modos de vida: narrativas sobre a casa e o morar*. Tese de Mestrado, Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, Minas Gerais. 2001.

PORTARIA MPAS/SEAS N°73, de 10 de maio 2001. Dispõe sobre normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil. Diário Oficial da União: Ministério da Saúde. Recuperado em 15 nov. 2013 de <http://www.saudeidoso.iciet.fiocru.php?pag=polit>.

PORTARIA N°. 810 de 22 de setembro 1989. Dispõe sobre normas e os padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos, a serem observados em todo o território nacional. Diário Oficial da União: Ministério da Saúde. Recuperado em 15 nov. 2013 de [www.portal.anvisa.gov.br](http://www.portal.anvisa.gov.br).

RESOLUÇÃO SEDH/CNDI N° 12. Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 2 maio 2008. Seção I, p. 2. Recuperado em 15 nov., 2013 de <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/edital-convocacao-sociedade-civil-cndh/resolucoes/resolucoes>

RODRIGUES, A. G. *Habilidades comunicativas e a rede social de apoio de idosos institucionalizados*. Tese de Doutorado, Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.